

Creci critica resolução do BC

SÃO PAULO - A resolução 2.019 do Banco Central, que estabeleceu percentuais dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação a serem aplicados em empréstimos para a compra de imóveis, não está sendo cumprida pelos bancos, pelo menos quanto a aquisição de moradias usadas. A denúncia é do presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci), Roberto Capuano. Segundo ele, os poucos recursos para compra de imóvel estão sendo sonegados pelos bancos aos cidadãos comuns. "Eles já começam não atendendo quem não é correntista e dá preferência a clientes especiais ou funcionários do próprio banco", criticou.

"A resistência à concessão dos financiamentos a usados é uma demonstração cabal de incompetência dos responsáveis, se é que existe algum, pois com a futura extinção já anunciada do Ministério do Bem-Estar Social extingue-se também a Secretaria da Habitação subordinada a ele", acrescentou. De acordo com a resolução publicada em 18 de outubro e assinada pelo então presidente em exercício do Banco Central, Carlos Eduardo Andrade, 25% dos valores destinados pelo SFH ao financiamento imobiliário deveriam ser utilizados no setor de unidades usadas. Isso representa quase US\$ 90 milhões em saldo para os dois últimos

meses do ano ou cerca de 1.750 imóveis ao preço médio de US\$ 50 mil.

Capuano considera um volume baixo, mas critica principalmente os critérios adotados pelos bancos para sua utilização, que não favorece os que mais necessitam. Para comprovar isso, o Creci realizou levantamento nos bancos de São Paulo: em nenhum deles havia recursos para imóveis usados. "O governo manda financiar, todo mundo concorda mas na hora os bancos não tem dinheiro", reclama Capuano. Para ele, a questão dos imóveis usados é apenas mais um dos problemas vividos pelo setor habitacional, "onde não sabemos nem com quem conversar e não existe ninguém em condições de tomar decisões".

Ele acusa o governo de total omissão no setor, responsável pela explosão dos aluguéis novos em outubro, que subiram 68% em São Paulo. Por isso, sugere a criação de um Ministério da Habitação com poder de gerenciar recursos, sem ingerências políticas e fiscalizado por um Conselho Nacional de Habitação formado inclusive por representantes da sociedade. "Precisamos também de uma política habitacional e de um plano para a construção de habitações populares que atenda a famílias com apenas um salário-mínimo de renda."